



# Recolhimento do MEI sobe para R\$ 81,05 em 2026

## Bancos excluem chaves Pix de 9 milhões de brasileiros com CPF irregular na Receita

Página 5

## Novo PAC chega a 2026 com protagonismo do setor privado e promessas para transportes

Página 3

### Frente fria avança por SP e deve trazer ventos fortes

Depois do calor intenso dos últimos dias, uma frente fria vai trazer mudanças no clima do estado de São Paulo. Segundo a Defesa Civil estadual, na sexta-feira, (2) a temperatura deve cair, o que significa que o calor extremo deverá perder a força, trazendo uma sensação térmica mais confortável do que nos últimos dias.

Além disso, diz o órgão, são esperados ventos fortes e tempestades para o território paulista até o próximo domingo (4).

A queda mais expressiva de temperatura deve ocorrer nas regiões leste, sul e litorânea do estado, enquanto no interior paulista as mudanças serão mais discretas. O mês de janeiro deverá ser de chuvas intensas para o estado paulista, estima o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). (Agência Brasil)

## Entenda mudanças na aposentadoria em 2026



Página 3

A contribuição mensal do Microempreendedor Individual (MEI) aumentou de R\$ 75,90 por mês para R\$ 81,05 por mês a partir de 1º de janeiro, uma vez que o valor é calculado com base no salário-mínimo, que também foi reajustado. A contribuição representa 5% do novo salário mínimo, que subiu para R\$ 1.621.

### Pagamento

O valor é pago por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que, além da contribuição previdenciária, cobra os impostos devidos pelos MEIs.

O DAS vence todo dia 20 de cada mês. Ele pode ser

emitido diretamente no Portal do Simples Nacional ou pelo App MEI, disponível para iOS e Android.

Há opção também de pagar por boleto, PIX e débito automático ou outras opções oferecidas pelas instituições financeiras.

Os microempreendedores individuais (MEIs) que exercem atividades sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do comércio e indústria, têm um acréscimo de R\$ 1 por mês no DAS.

Para atividades sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), os prestadores de serviços, a soma é de R\$ 5. Página 4

## Preço de material escolar pode variar até 276% nas papelarias de São Paulo

Página 2

## Ministério da Saúde renova contrato com Rede Sarah por R\$ 7,5 bilhões

Página 6

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,41  
Venda: 5,42

Turismo  
Compra: 5,45  
Venda: 5,63

### EURO

Compra: 6,36  
Venda: 6,36

## Esporte

# Supercopa Rei será decidida em Brasília em 1º de fevereiro

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) informou via rede social, que a Supercopa Rei de 2026 ocorrerá no dia 1º de fevereiro, em Brasília.

A entidade confirmou a cidade novamente como palco da primeira grande decisão da temporada de 2026. A disputa ocorre em jogo único na Arena BRB Mané Garrincha, no centro da capital federal.

A partida será entre Flamengo, campeão do Campeonato Brasileiro de 2025, e Co-

rinthians, campeão da Copa do Brasil, neste ano. A partida abre a temporada de bola de 2026. Ainda segundo a CBF, o estádio estará dividido 50% para cada torcida.

Inicialmente, o confronto estava previsto para 24 de janeiro.

Geralmente, a Supercopa Rei é disputada em estádios de campo neutro na tentativa de garantir a imparcialidade.

### Últimos campeões

O Rubro-Negro é o atual cam-

peão da competição. No início de 2025, a equipe dirigida por Filipe Luís venceu o Botafogo por 3 a 1.

Os campeões anteriores foram São Paulo, em 2024; Palmeiras, 2023; e Atlético Mineiro (2022). O Flamengo ainda foi campeão em 2020 e 2021.

### Supercopa Rei

Não disputada entre 1992 e 2019, a Supercopa do Brasil foi reativada pela CBF em 2020.



Em 2024, a CBF rebatizou a competição para Supercopa Rei em homenagem a Pelé, o Rei do Futebol, falecido em dezembro de 2022.

A ideia é que o troféu represente a coroa do futebol nacional, sendo disputado pelos dois clubes que dominaram o cenário futebolístico no ano anterior. (Agência Brasil)

Arena BSB

## Ainda quero ser campeã da São Silvestre, diz Núbia de Oliveira



Nubia de Oliveira

Após chegar novamente em terceiro lugar na Corrida Internacional de São Silvestre, repetindo feito do ano passado, a atleta brasileira Nubia de Oliveira afirmou que pretende vir mais forte no próximo ano e que seu objetivo ainda é ser campeã da prova.

"Meu sonho é me tornar campeã da São Silvestre e eu vou lutar por isso até o fim. Tenho 23 anos de idade. Eu acredito que tenho ainda um longo caminho para percorrer.

Estou ganhando muita experiência até chegar no lugar mais alto do pódio", disse Núbia, que já está em sua quarta participação na prova.

Na quarta-feira (31), Nubia melhorou o tempo do ano passado, fechando a corrida com 52 minutos e 42 segundos, a melhor atleta brasileira na prova. No ano passado, ela também chegou na terceira posição, mas com o tempo de 53 minutos e 24 segundos.

"Esse resultado, eu tenho certeza que inspira e impulsiona mais

mulheres a participar do esporte. Tenho certeza que sou referência para muitas mulheres. Fico muito feliz em estar no pódio e representar a força da mulher, da mulher nordestina. Estou muito feliz em estar mais uma vez participando e vendo o crescimento das mulheres na corrida de rua", disse em entrevista coletiva à imprensa.

Há quase 20 anos, o Brasil não sobe ao topo do pódio da São Silvestre. A última brasileira a vencer a corrida foi Lucélia Peres, em 2006.

Na prova desta quarta-feira, a vencedora foi a atleta da Tanzânia Sisilia Ginkoka Panga, que fez o tempo de 51 minutos e 08 segundos. Esta foi a primeira participação de Sisilia na São Silvestre e a primeira vitória de uma atleta da Tanzânia na São Silvestre. A vitória de Sisilia rompeu com uma sequência de vitórias de atletas quenianas, que vinha desde 2016.

Para conquistar o feito, a tanzaniana precisou ultrapassar a corredora queniana Cynthia Chemweno, que vinha liderando a prova nos minutos iniciais.

"A Cynthia é uma excelente

corredora. Não foi fácil manter a calma para ir atrás dela. Mas fico orgulhosa em representar o meu país e espero que no ano que vem seja ainda melhor", afirmou a atleta, que, ao final da corrida, acabou precisando de atendimento médico. Segundo ela, isso foi resultado do calor.

Cynthia Chemweno chegou na segunda colocação, também repetindo a mesma posição do ano passado. Ela completou a prova com o tempo de 52 minutos e 31 segundos.

"A corrida foi muito feliz. Ao longo da prova, estava todo mundo vibrando muito. Apesar do calor e de estar muito úmido, fiquei bem feliz com o segundo lugar", comemorou a queniana.

O quarto lugar foi da peruana Gladys Tejeda Pucuhuaranga, que chegou aos 53 minutos e 50 segundos. A quinta posição foi conquistada pela queniana Vivian Jettanui Kiplagat, com 54 minutos e 12 segundos.

### Masculino

No masculino, o melhor atleta

brasileiro também chegou em terceiro lugar, posição conquistada por Fábio de Jesus Correia.

"A gente sempre tem que estar com esse pensamento de ser campeão, de ser vencedor em tudo que a gente faz. No entanto, tem quase 16 anos que um brasileiro não vence a prova [no masculino]. Mas vou treinar bastante para, quem sabe nos próximos anos, quebrar esse tabu", disse o brasileiro.

A última vez que o Brasil conquistou a São Silvestre no masculino foi em 2010, com a vitória de Marilson Gomes dos Santos.

A vitória foi do etíope Muse Gisachew, que ultrapassou o queniano Jonathan Kipkoech Kamosong nos minutos finais, com uma diferença de apenas quatro segundos.

"É uma prova de muitos altos e baixos e o calor foi difícil. Mas a chegada foi excelente", comentou Muse Gisachew. "O que fiz foi manter o ritmo, fazendo uma chegada com propriedade e firmeza", comemorou ele, que finalizou a prova com o tempo de 44 minutos e 28 segundos.

Questionado sobre o momento final da prova, o queniano Jonathan Kipkoech Kamosong reconheceu que estabeleceu a coroa do futebol nacional, sendo disputado pelos dois clubes que dominaram o cenário futebolístico no ano anterior. (Agência Brasil)

"Muitos pensam que [a maior necessidade] é a parte financeira. Mas eu acho que precisa de mais valorização [do atleta] e de espaço de treinamento. Peço aqui que as autoridades possam estar fazendo um bom papel. Precisamos abrir um espaço de segurança para treinar e de uma pista segura", ressaltou.

O pódio da São Silvestre foi completado com os atletas quenianos William Kibor e Reuben Logonsiwa Poguisho. (Agência Brasil)

# Preço de material escolar pode variar até 276% nas papelarias de SP

O preço de uma caneta esferográfica de uma determinada marca pode variar até 276% dependendo da papelaria onde ela for comprada na cidade de São Paulo. Isso é o que revelou uma pesquisa realizada pelo Procon-SP no mês de dezembro e divulgada nesta sexta-feira (2).

Segundo a pesquisa, em uma papelaria na zona norte da capital paulista uma caneta esferográfica pode ser encontrada por R\$ 1,30. No entanto, se esta mesma caneta for adquirida em um estabelecimento no centro da cidade, o consumidor já pagará mais caro por ela: R\$ 4,90.

Essa diferença de preço em um mesmo produto escolar foi

observada também em outras cidades do estado. Em Presidente Prudente, por exemplo, um mesmo marca-texto pode custar entre R\$ 1,95 ou R\$ 4,20. Em Ribeirão Preto, também no interior paulista, o preço de um apontador pode variar 196%, custando entre R\$ 3,20 ou R\$ 9,50.

O Procon informa que, embora a diferença no preço da caneta ou do marca-texto sejam razoavelmente baixas, ela pode acabar fazendo diferença quando se pretende adquirir toda a lista de compras do material escolar. Por isso, alerta o órgão, é importante que o consumidor pesquise e faça uma comparação de preços an-



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

tes de ir às compras. Além disso, é recomendado reaproveitar produtos da lista de material que já se tenha em casa.

O Procon também orienta ao consumidor para que observe se o estabelecimento concede desconto para compras em grandes quantidades. Neste caso, o consumidor pode se reunir com outros pais para fazer uma compra coletiva. Também é importante verificar se o estabelecimento pratica preço diferenciado em função do instrumento de pagamento como pix e cartão de crédito.

**A pesquisa**  
O levantamento feito pelo

Procon analisou o preço de 134 itens da lista de material escolar tais como apontador, borracha, caderno, caneta esferográfica, giz de cera, cola, lápis de cor, lápis preto, papel sulfite, régua e tesoura. Na capital paulista, a coleta de preços foi feita em nove estabelecimentos comerciais espalhados por todas as regiões da cidade.

A pesquisa também foi realizada na região da Baixada Santista e nas cidades de Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. O estudo pode ser consultado no site do Procon-SP. (Agência Brasil)

## Nova tarifa da Sabesp entra em vigor com valor 15% menor que no modelo estatal

A nova tarifa de água e esgoto em cidades atendidas pela Sabesp passou a valer na quinta-feira (1º), com a reposição da inflação do período e valor cerca de 15% abaixo do que seria aplicado caso a empresa tivesse permanecido estatal. A atualização não representa aumento real da conta para o consumidor e segue as regras do novo modelo regulatório após a desestatização da companhia.

A revisão tarifária considera apenas a variação inflacionária acumulada no período (entre julho de 2024 e outubro de 2025), sem acréscimo acima da inflação. Na prática, isso significa que o reajuste serve para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço, sem encarecer o custo real da água e do esgoto para a população.

**Tarifa menor que no cenário estatal**

Um dos principais pontos da revisão é que, mesmo com a atualização, a tarifa em vigor ficou cerca de 15% abaixo do que seria cobrado se a empresa continuasse sob controle estatal. A comparação leva em conta o valor

projetado para 2026 no modelo anterior, considerando as regras que vigoravam antes da desestatização.

Com a revisão, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsp), o valor da tarifa residencial passa em 2026 para R\$ 6,40/m³ em 371 cidades atendidas pela empresa, enquanto no modelo estatal ficaria em R\$ 7,36/m³.

A diferença de 15% é resultado do modelo regulatório criado após a desestatização. Ele é baseado no controle rigoroso de investimentos, no uso dos recursos do Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento (Fausp) — criado com recursos da privatização e alimentado por dividendos da Sabesp, e na aplicação do novo contrato, que determina mecanismos permanentes de garantia da estabilidade tarifária até o alcance da universalização em 2029.

**Mais investimentos sem repasse ao consumidor**

A revisão tarifária ocorre em um contexto de ampliação dos investimentos em saneamento no estado, voltados à universalização em 2029.



Foto: Reprodução

**Revisão da tarifa vale para 341 cidades atendidas pela Sabesp.**

ção do acesso à água e ao tratamento de esgoto. A combinação entre regras regulatórias, metas de desempenho e controle tarifário busca assegurar a expansão dos serviços sem impacto adicional no orçamento das famílias atendidas pela companhia.

Desde julho de 2024, a Sabesp já investiu cerca de R\$15 bilhões na ampliação e melhoria da infraestrutura de saneamento das regiões que atende, sendo R\$10,4 bilhões de janeiro a setembro de 2025, aumento de 151% em relação ao aplicado no mesmo período do ano anterior.

A privatização da Sabesp criou ferramentas para garantir o controle da tarifa e para que ela seja sempre menor do que a cobrada se a Sabesp ainda fosse uma estatal. O consumidor não será impactado financeiramente pelo grande volume de investimentos que está sendo feito para garantir a universalização do saneamento. Os mecanismos só permitem a compensação por investimentos já realizados e auditados, garantindo que a concessionária receba apenas pelo que de fato investiu. (Governo de SP)

## São Paulo tem previsão de ventos fortes e chegada de frente fria

Após um período de forte calor e temperaturas recordes, uma frente fria avança pelo estado de São Paulo, trazendo mudanças no clima a partir desta sexta-feira (2). A redução das temperaturas, que será mais perceptível entre o sábado (3) e o domingo (4), chega com ventos de forte intensidade e chuvas.

Na sexta-feira (2), a frente fria avançou pela costa paulista, favorecendo tempo mais nublado e chuva a qualquer hora do dia, principalmente na faixa leste e no litoral do estado. As chuvas podem variar de moderadas a fortes, com possibilidade de raios e rajadas de vento de forte intensidade e acumulados significativos, aumentando o risco de transtornos como alagamentos, deslizamentos de terra, quedas de árvo-

res e interrupções viárias, especialmente em áreas mais vulneráveis. Destaca-se ainda que as rajadas de vento podem gerar quedas de árvores e construções menos estruturadas.

Com a mudança nos modelos meteorológicos, o bloqueio que manteve o calor intenso nos últimos dias perde força. No entanto, a queda mais expressiva de temperatura

ocorre nas regiões leste, sul e litorânea, enquanto no interior as mudanças são mais discretas.

A Defesa Civil do Estado continua monitorando as condições meteorológicas, com o gabinete de crise mantido em operação até domingo (4), em razão dos impactos recentes associados ao calor extremo e à previsão de mudanças no tempo com temporais. (Governo de SP)

## SP Produz investe R\$ 35 mi em cadeias produtivas para impulsionar o desenvolvimento regional

O programa SP Produz, iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, está fortalecendo as Cadeias Produtivas Locais (CPL) de São Paulo ao estimular a cooperação de setores e segmentos e promover o desenvolvimento econômico regional. Em 2025, foram R\$ 35 milhões em recursos financeiros disponibilizados e 99 novas CPLs reconhecidas, atingindo 118 cidades.

O programa divide as Cadeias Produtivas Locais em quatro graus de maturidade: Aglomerado Produtivo, CPL em Desenvolvimento, CPL Consolidada e CPL Madura. Ao todo, já são 194 CPLs reconhecidas, abrangendo diferentes regiões do estado e diversos setores estratégicos da economia, da agricultura, indústria, tecnologia, cultura e serviços. No total, já foram R\$ 65 milhões disponibilizados para fomento.

“O SP Produz veio para atender a uma importante diretriz do governador Tarcísio de Freitas que é o desenvolvimento regional. Ao estimular a governança e injetar recursos nas cadeias produtivas locais, estamos movimentando toda a economia, fortalecendo os segmentos estratégicos e gerando renda e emprego, sobretudo nos municípios de pequeno e médio porte”, afirma Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de SP.

Desde o início do programa, já são 118 municípios que atuam como sede de CPLs reconhecidas, além de diversos municípios impactados com o desenvolvimento dessas cadeias. “A cada novo edital, percebemos que as cadeias chegam mais engajadas e com maior disposição para cooperar e contribuir para o desenvolvimento local. O SP Produz impulsiona essas cadeias para que cresçam com sustentabilidade, incorporem tecnologia e gerem valor para suas regiões”, afirma Júlia da Motta, subsecretária de Competitividade e Desenvolvimento Econômico e Regional.

Um exemplo é a CPL de Frutas Nativas de Sete Barras, no Vale do Ribeira, que permite que agricultores que antes extraiam o palmito da palmeira-jacará, ameaçada de extinção, hoje trabalhem para preservá-la, gerando renda e conservando a diversidade florestal.

“A proibição da extração da palmeira-jacará foi um divisor de águas para a região. Antes, a exploração predatória colocava a espécie em risco e limitava o futuro das famílias. Hoje, entendemos que preservar a jacara é garantir renda, biodiversidade e desenvolvimento sustentável para as próximas gerações”, explica Bruno Giane, responsável pela CPL e integrante da ONG COOBIÓ (Cooperativa para a Bioeconomia).

O responsável pela CPL, Bruno Giane (centro), reforça que o fruto da palmeira-jacará é fundamental para fauna local.

Contemplados pelo edital de fomento de 2025, a CPL de Frutas Nativas de Sete Barras reúne um modelo produtivo que alia inovação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico local. “Com o fomento do SP Produz, vamos conseguir aplicar ainda mais inovação à floresta, com impacto direto na renda das famílias e na conservação da Mata Atlântica”, afirma Giane.

Na região de Campinas, a CPL do Café de Montanha de Divinolândia foi aprovada em 2025 para receber o fomento do SP Produz, que permitirá consolidar inovação, sustentabilidade e tecnologia, ampliando a inserção do produto no mercado global.

“O pequeno produtor não pode mais trabalhar de forma isolada nem com práticas ultrapassadas. O fomento vai nos ajudar a atender normas internacionais de gestão e sustentabilidade. Sem investimento e capacitação, o pequeno produtor não consegue competir. Com esse reconhecimento do programa, passamos a negociar de igual para igual com compradores nacionais e internacionais”, destaca Francisco Sérgio Lange, representante da Associação dos Cafeicultores de

Montanha de Divinolândia.

Formada por cerca de 60 pequenos produtores da agricultura familiar, a CPL recebeu fomento para alavancar a criação de uma rede colaborativa, investir em tecnologia e se adequar às exigências internacionais. Anualmente, já exporta para países como Canadá, Coreia do Sul, Austrália, além de mercados europeus, apoiada em certificações socioambientais e práticas de agricultura regenerativa.

O representante acredita que o SP Produz foi fundamental para elevar o patamar da produção. “Inovação, para nós, significa produzir com impacto ambiental positivo, recuperar o solo, reduzir o uso de insumos químicos e garantir transparência em toda a cadeia. O fomento do Estado nos dará condições de transformar sustentabilidade em vantagem competitiva”, afirma Lange.

O investimento do programa permitirá ainda a construção de uma biofábrica, a implantação de energia fotovoltaica, melhorias na infraestrutura produtiva e a qualificação de áreas de visitação. “Hoje, o principal desafio é formar uma nova geração para o café. O jovem só vai permanecer no campo se enxergar perspectiva, renda e futuro. E isso passa por mostrar que a cafeicultura do século 21 envolve tecnologia e preservar o meio ambiente.” (Governo de SP)

### CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



**CÂMARA (São Paulo)**

Após 33 anos de publicação diária, vereadores e vereadoras - cristãos e cristãs - do maior e mais importante parlamento municipal do Brasil se tornaram bem mais que leitores e leitoras [nos Tempos de DEUS]

**PREFEITURA (São Paulo)**

Após 33 anos de publicação diária, prefeitos e prefeitas - cristãos e cristãs - da maior e mais importante prefeitura do Brasil se tornaram bem mais que leitores e leitoras [nos Tempos de DEUS]

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**

Após 33 anos de publicação diária, deputados e deputadas - cristãos e cristãs - do maior e mais importante parlamento estadual do Brasil se tornaram bem mais que leitores e leitoras [nos tempos de DEUS]

**GOVERNO (São Paulo)**

Após 33 anos de publicação diária, governadores e vices - cristãos - do maior e mais importante governo estadual do Brasil se tornaram bem mais que leitores [nos Tempos de DEUS]

**CONGRESSO (Brasil)**

Após 33 anos de publicação diária, deputados(as); senadores(as) - cristãos e cristãs - se tornaram [especialmente eleitos(as) pelo Estado SP] bem mais que leitores e leitoras [nos Tempos de DEUS]

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**

Após 33 anos de publicação diária, presidentes e vice-presidentes - cristãos e cristã - do Brasil, maior presidência da América Latina, se tornaram bem mais que leitores e leitora [nos Tempos de DEUS]

**PARTIDOS (Brasil)**

Após 33 anos de publicação diária, os(as) dirigentes - cristãos e cristãs - nacionais, estaduais e municipais dos partidos no Brasil se tornaram mais que leitores e leitoras [nos tempos de DEUS]

**JUSTIÇAS (Brasil)**

Após 33 anos de publicação diária, magistrados(as) e membros de todas as carreiras jurídicas - cristãos e cristãs - se tornaram mais que leitores e leitoras [nos Tempos e nas Justiças de DEUS]

**ANO 34**

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “a apreçoar liberdade aos cativos, a dar vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano aceitável do Senhor” Lucas 4.19

### Jornal O DIA S. Paulo

**Administração e Redação**

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

**Assinatura on-line**  
Mensal: R\$ 20,00

**Publicidade Legal**  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

**Agências de notícias**

Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress  
Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br



# Bancos esperam desaceleração do crédito em 2026, com leve alta da inadimplência

A maioria dos bancos espera que a concessão de crédito desacelere em 2026, enquanto a inadimplência deve apresentar leve crescimento, segundo a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), divulgada na quinta-feira (1°).

As instituições preveem que a carteira de crédito total tenha crescimento 9,2% no ano passado. Para 2026, a expectativa é alta de 8,2%.

O levantamento, que ouviu 20 bancos entre 17 e 19 de dezembro, representa, porém, uma melhora suave nas projeções em relação à edição anterior, de novembro, que apontava um aumento de 8,9% para 2025 e de 7,9% para 2026.

Segundo a Febraban, a melhora pode ser explicada pela ex-

pansão no crédito direcionado a pessoas jurídicas, sustentado pelos programas governamentais. Outro fator mencionado é a resiliência do crédito habitacional, que tem compensado o menor dinamismo do crédito rural.

“A alta das projeções do saldo do crédito para 2026 vem em linha com as divulgações recentes, que mostram que 2025 foi marcado por uma moderação bastante gradual do mercado de crédito, que permaneceu com um crescimento razoavelmente robusto, mesmo com o elevado nível da taxa Selic”, diz Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban.

A taxa de inadimplência, por sua vez, segue como um ponto de

atenção. A projeção para 2025 permaneceu em 5,1%, enquanto para 2026, subiu para 5,2% (ante 5,1%).

A pesquisa também apontou que a maioria dos bancos (70%) vê o início do ciclo de queda da Selic apenas em março, com uma redução de 0,50 ponto percentual na taxa.

O levantamento mostra ainda que, para 50% dos participantes, a inflação em 2026 deve ficar acima da meta do BC, devido aos estímulos fiscais e de crédito. Por outro lado, 35% projetam uma inflação abaixo do consenso.

“A principal questão agora parece ser qual velocidade o Copom conseguirá cortar os juros ao longo do ano. Por ora, as expectativas ainda são conservadoras e indicam uma tra-

jetória moderada de corte”, diz Sardenberg.

Já em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), a pesquisa capto uma melhora do sentimento. O percentual daqueles que projetam um crescimento de 1,8% em 2026, conforme apontado pelo Boletim Focus, subiu de 36,4% para 55%. Enquanto isso, os que esperam uma atividade mais pujante caíram de 18,2% para 15%.

Quanto à meta fiscal, nenhum participante espera que o governo a descumpra em 2026, mas 80% acreditam que serão necessárias medidas adicionais para atingi-la. Além disso, 45% esperam medidas de lado das despesas, como bloqueios e contingenciamentos e retirada de despesas do arcabouço fiscal. (Folhapress)

## Salário mínimo de R\$ 1.621 começou a valer na quinta-feira 1°

O novo salário mínimo, no valor de R\$ 1.621, passa a valer a partir desta quinta-feira (1°). O reajuste, de 6,79% ou R\$ 103, foi confirmado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento no último dia 10. O salário mínimo anterior era de R\$ 1.518.

O novo valor foi informado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste anual do salário-mínimo. O indicador registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

Pela estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o novo salário mínimo injetará R\$ 81,7 bilhões na economia. O cálculo considera os efeitos sobre a renda, o consumo e a arrecadação, ainda que em um cenário de restrições fiscais mais rígidas.

A regra do reajuste do salário-mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de dois anos.

No dia 4 de dezembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário-mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99 e, com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%. (Agência Brasil)

## Entenda mudanças na aposentadoria em 2026

Quem está prestes a se aposentar precisa estar atento. A reforma da Previdência, promulgada em 2019, estabeleceu regras automáticas de transição, que mudam a concessão de benefícios a cada ano.

A pontuação para a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade sofreu alterações. Confira abaixo as mudanças que começam a vigorar neste ano.

### Aposentadoria por tempo de contribuição

A reforma da Previdência estabeleceu quatro regras de transição, das quais duas previram modificações na virada de 2025 para 2026. Na primeira regra, que estabelece um cronograma de transição para a regra 86/96, a pontuação composta pela soma da idade e dos anos de contribuição subiu em janeiro: para 93 pontos (mulheres) e 103 pontos (homens).

Os servidores públicos estão submetidos à mesma regra de pontuação, com a diferença de que é necessário ter 62 anos de idade e 35 anos de contribuição (homens), 57 anos de idade e 30 anos (mulheres). Para ambos os sexos, é necessário ter 20 anos no serviço público e cinco anos no cargo.

Na segunda regra, que prevê idade mínima mais baixa para quem tem longo tempo de contribuição, a idade mínima para requerer o benefício passou para 59 anos e meio (mulheres) e 64 anos e meio (homens). A reforma da Previdência acrescenta seis meses às idades mínimas a cada ano até atingirem 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) em

2031. Nos dois casos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 30 anos para as mulheres e 35 anos para homens.

### Professores

Em relação aos professores, que obedecem a uma regra de transição com base no tempo de contribuição na função de magistério combinada com a idade mínima, as mulheres passam a se aposentar aos 54 anos e meio, e os homens, aos 59 anos e meio. A idade é acrescida seis meses a cada ano até atingir o limite de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, em 2031.

O tempo de contribuição mínimo para obter a aposentadoria por idade, destinada a trabalhadores de baixa renda que contribuíram pouco para a Previdência Social e se aposentariam por idade na regra antiga.

Para homens, a idade mínima está fixada em 65 anos desde 2019. Para as mulheres, a idade de transição está em 62 anos desde 2023.

Para ambos os sexos, o tempo mínimo de contribuição exigido para se aposentar por idade está em 15 anos.

### Aposentadoria por idade

Desde 2023, está planejada em vigor a regra para a aposentadoria por idade, destinada a trabalhadores de baixa renda que contribuíram pouco para a Previdência Social e se aposentariam por idade na regra antiga.

Para homens, a idade mínima está fixada em 65 anos desde 2019. Para as mulheres, a idade de transição está em 62 anos desde 2023.

Para ambos os sexos, o tempo mínimo de contribuição exigido para se aposentar por idade está em 15 anos.

Na promulgação da reforma da Previdência, em novembro de 2019, a idade mínima para as mulheres estava em 60 anos, passando a aumentar seis meses por ano nos quatro anos seguintes. Subiu para 60 anos e meio em janeiro de 2020, para 61 anos em janeiro de 2021, 61 anos e meio em 2022 e 62 anos em 2023.

### Simulações

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) permite simulações da aposentadoria no computador e no celular.

### Simulação no computador

Entre no site [meu.inss.gov.br](http://meu.inss.gov.br) e digite seu CPF e senha. Caso não tenha senha, cadastre uma.

Vá em “Serviços” e clique em “Simular Aposentadoria”.

Confira as informações que aparecerão na tela. O site vai mostrar sua idade, sexo e tempo de contribuição, além de quanto tempo falta para a aposentadoria, segundo cada uma das regras em vigor.

### Simulação no celular

Baixe o aplicativo Meu INSS (disponível para Android e iOS). Se necessário, clique no botão “Entrar com gov.br” e digite seu CPF e senha. Caso não tenha senha, cadastre uma.

Abra o menu lateral (na parte superior esquerda) e clique em “Simular Aposentadoria”.

Cheque as informações que aparecerão na tela. O site vai mostrar sua idade, sexo e tempo de contribuição, além de quanto tempo falta para a aposentadoria, conforme as regras em vigor; Caso precise corrigir algum

dado pessoal basta clicar no ícone de lápis (à direita).

O seguro pode salvar o documento com todos os dados das simulações. Basta clicar em “Baixar PDF”.

### Regras de transição já cumpridas

Por já ter sido cumprida, a regra do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição não mudará no setor privado. Quem tem mais de 57 anos de idade e 30 anos de contribuição (mulheres) ou 60 anos de idade e 35 anos de contribuição (homens) pode se aposentar. A regra estabelece que o seguro tinha de cumprir o dobro do período que faltava para se aposentar na promulgação da reforma, em 2019.

No serviço público, o pedágio também foi cumprido. Além da idade e do tempo de contribuição mínimos exigidos dos trabalhadores da iniciativa privada, é necessário ter 20 anos de serviço público e cinco anos no cargo.

A reforma tinha outra regra de pedágio, desta vez para o setor privado. Quem estava a até dois anos da aposentadoria em 2019 tinha de cumprir 50% a mais em relação ao tempo que faltava para se aposentar. No entanto, essa regra de transição foi integralmente cumprida e não beneficiará mais ninguém em 2026.

No cenário mais abrangente, quem trabalharia por mais dois anos em 2019 teve de trabalhar um ano extra, totalizando três anos. No fim de 2022, todos os que estavam enquadrados na regra do pedágio de 50% já se aposentaram. (Agência Brasil)

## Setor bancário unifica discurso em defesa do BC para blindar instituição de pressão política no futuro

Bancos grandes e médios, além de fintechs e instituições financeiras, se alinharam, apesar de diferenças na atuação de mercado e com o Banco Central, para apoiar o órgão regulador no caso Master.

Com o risco de o STF (Supremo Tribunal Federal) e do TCU (Tribunal de Contas da União) colocar em xeque a liquidação do banco de Daniel Vercara, as maiores associações do setor, que representam juntas 244 instituições financeiras, se uniram para divulgar uma sequência de notas com alertas para os riscos à economia brasileira de um enfraquecimento do BC com uma eventual reversão de suas decisões técnicas.

A ação conjunta, inimaginável há menos de um mês, marca uma mudança na relação ruidosa que se estabeleceu entre a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e as fintechs, em especial o Nubank.

É uma tentativa de colocar um freio de arrumação numa disputa que teve como gatilho, no passado, o crescimento acelerado do Master com uma política agressiva de venda de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e compra de ativos de pouca ou nenhuma liquidez.

O Master se notabilizou por vender CDBs prometendo uma remuneração acima da praticada no mercado, oferecendo o seguro do FGC como propaganda. Em caso de quebra de um banco, o FGC cobre investimentos de até R\$ 250 mil por CPF.

O fundo é rateado por todo o sistema bancário, mas, em pouco tempo, passou a ser predominantemente comprometido pelos CDBs do Master devido à estratégia comercial adotada pelo banco.

A liquidação do banco, determinada pelo BC em novembro, levou à maior perda da história do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), que agora terá que honrar os CDBs vendidos.

Além da publicação das notas, representantes das instituições financeiras fizeram uma movimentação intensa junto a autoridades mais influentes de Brasília, incluindo as do STF e TCU, segundo pessoas ouvidas pela reportagem.

Apesar das críticas ao BC — que na avaliação de alguns dos CEOs dos maiores bancos do Brasil demorou para agir para conter o Master —, pesa neste momento para a construção de um discurso único o risco maior para a regulação bancária no Brasil.

O risco avaliado é que outros atores institucionais possam invalidar o mérito técnico das decisões do BC, rompendo um dos alicerces fundamentais do sistema financeiro. Ou seja, abrir caminho para que outras decisões regulatórias sejam questionadas, inclusive sob influência de interesses políticos.

Um executivo de banco resumiu o quadro: “é um olhar para o futuro e uma questão de sobrevivência da estabilidade regulatória”.

Isso não significa, destacou, que as arestas estejam apastadas e que não haja divergências entre as instituições financeiras em relação à velocidade e o tamanho do aperto que será necessário das regras regulatórias após a quebra do Master, inclusive da forma de recomposição das reservas do FGC, que perderão R\$ 41 bilhões para honrar os investidores do banco.

Outro dirigente do setor afirmou que a defesa do regulador neste momento de alta tensão seria defender a própria instituição.

A primeira associação a divulgar uma nota foi a ABBC (Associação Brasileira de Bancos), depois que ministro do TCU Jonathan de Jesus atendeu a um pedido do Ministério Público de Contas e da liderança da minoria na Câmara dos Deputados para que o BC explicasse em 72 horas a sua decisão de liquidar o Master.

No dia 27, Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito), Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Zetta (Associação que representa empresas do setor financeiro e de meios de pagamentos), além da ABBC, se manifestaram em defesa da autoridade monetária.

Em nota separada, a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) também defendeu a autonomia e a independência do Banco Central.

O histórico de queixas dos grandes bancos à atuação do Master remete a uma série de conflitos com CEOs dos cinco maiores bancos do país com o então presidente do BC, Roberto Campos Neto. Eles cobravam o aperto das regras para o uso do FGC, justamente para conter o Master. As mudanças aprovadas depois pelo órgão, já sob a gestão de Gabriel Galpêlo, foram consideradas tímidas e insuficientes.

Do lado dos bancos menores e das fintechs, a preocupação era viabilizar e impedir o retrocesso da agenda de inovação e aumento da concorrência — posição que também foi defendida por Galpêlo.

Como mostrou a Folha de S.Paulo em abril deste ano, o anúncio da venda do Master para o BRB (Banco de Brasília) lançou luz sobre uma disputa entre dois banqueiros que atravessaram momentos opostos em suas relações com a cúpula do poder em Brasília.

De um lado, Vercara, um novato ator do setor. E do outro lado, André Esteves, chairman e sócio sênior do BTG Pactual, que se consolidou como um dos principais banqueiros do país desde o início da década de 1990 por um estilo arrojado de fazer negócios. (Folhapress)

## Novo PAC chega a 2026 com protagonismo do setor privado e promessas para transportes

Uma das principais bandeiras do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) chega a 2026, quarto ano de sua nova edição, sob protagonismo do setor privado e com investimentos concentrados em segmentos como habitação e rodovias.

Lançado em agosto de 2023, em referência ao programa originalmente feito em 2007, o Novo PAC tem a promessa de investir cerca de R\$ 1,8 trilhão em todos os estados do país. Desse total, R\$ 1,3 trilhão são previstos até o fim de 2026, e outros R\$ 500 bilhões para depois.

De acordo com a Casa Civil, o PAC executou R\$ 944,8 bilhões até agosto de 2025. Cerca de 46,3% desse montante é de origem privada — a maior fatia. O restante do valor se divide em recursos do Orçamento Geral da União, de financiamentos e investimento estatal.

No total, são 34 mil empreendimentos (obras e equipamentos), distribuídos nos eixos de transporte, ciência e tecnologia, infraestrutura social, cidades, água, inclusão digital e conectividade, transição e segurança energética, educação e saúde.

Na opinião de Venilton Tadini, presidente da Abdi (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), a forte presença do setor privado no programa é reflexo de um novo paradigma de financiamento.

Ele explica que, além do apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), empresas do setor agora têm mais acesso a capital externo

e à emissão de debêntures (títulos de dívida emitidos por empresas para captar recursos).

O volume de ofertas de debêntures incentivadas disparou nos últimos anos e chegou ao valor mensal de quase R\$ 19,7 bilhões em outubro, o maior patamar da série histórica, que teve início em 2012, de acordo com o monitoramento da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, o montante de debêntures incentivadas emitido foi de R\$ 133,3 bilhões, aumento de 19,2% em relação ao valor registrado no mesmo período de 2024.

“Temos um novo padrão de financiamento. É uma diferença da água para o vinho. O PAC define a prioridade: entra às vezes via BNDES, mas o importante é que o setor privado também pode ir ao mercado, emitir debêntures, fazer os investimentos e captar mais recursos externos”, afirma Tadini.

O protagonismo do setor privado diferencia o novo programa de sua versão anterior, que foi lançada em 2007, com R\$ 18,1 bilhões, e contou com forte participação estatal. Na época, os investimentos do PAC cresceram continuamente até o ápice em 2014 ano de eleições e de Copa do Mundo no Brasil, quando foram usados R\$ 97,4 bilhões. Foi nesse exercício que o país começou a registrar déficit nas contas públicas.

De acordo com a Abdi, do total de pouco mais de R\$ 1,3 trilhão de investimentos do PAC

previstos até 2026, a maior parte, de R\$ 531,5 bilhões, é do segmento de cidades sustentáveis e resilientes, no qual está inserido o Minha Casa, Minha Vida.

Mas há outros destaques. Tadini cita avanços no segmento de transporte eficiente e sustentável, que prevê R\$ 217,5 bilhões até 2026. Desse valor, a maior fatia é destinada a rodovias (R\$ 96 bilhões).

De acordo com a Abdi, no guarda-chuva de investimentos públicos, foram duplicados 180 km de rodovias e construídos outros 221 km, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025.

Entre as obras que estão em execução, a entidade destaca a duplicação da BR-116/RS, que liga Porto Alegre (RS) a Novo Hamburgo (RS), a construção da ponte sobre o rio Xingu na BR-230/PA, interligando os municípios de Anapu (PA) e Vitória do Xingu (PA), a construção da nova ponte sobre o rio Tocantins, entre os municípios de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA), entre outros.

No lado do investimento privado, a Abdi cita uma série de licitações realizadas nestes três anos de programa, além de certames de otimização dos chamados “contratos estressados”, concessões antigas que fracassaram e precisaram passar por repactuação.

No setor portuário, a associação registrou a conclusão de obras de 47 empreendimentos, totalizando R\$ 3,6 bilhões de investimentos em portos de 10 estados: Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

# Lula sanciona LDO com veto a reajuste do Fundo Partidário

## Internacional

### Brasil e Reino Unido oficializam parceria para prevenir tráfico humano



Os governos do Brasil e do Reino Unido assinaram, em novembro de 2025, um memorando de entendimento para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes. O documento foi publicado no Diário Oficial da União da sexta-feira (2). Ele prevê que sejam estabelecidos mecanismos de prevenção, assistência, proteção das vítimas, investigação e punição, com respeito aos direitos humanos e em conformidade com as legislações nacionais dos dois países.

O documento estabelece que tráfico de pessoas é o crime de recrutamento, transporte, transferência, privação de liberdade, abrigo ou acolhimento de pessoas, por meio de ameaça, rapto, fraude, abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade, ou mediante pagamento com o propósito de exploração.

Já o migrante contrabandeado é qualquer pessoa que tenha cruzado irregularmente uma fronteira nacional com o apoio de contrabandistas e em violação às regras migratórias dos países de origem, trânsito ou destino.

O acordo tem validade inicial de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por igual período ou mesmo cancelado por qualquer uma das partes, com um aviso prévio de 60 dias. O texto esclarece que trata-se de um instrumento de cooperação política e técnica e não é juridicamente vinculante. Ou seja, não cria obrigações legais obrigatórias nem punições em tribunais internacionais em caso de descumprimento.

Os governos buscaram a cooperação a partir da preocupação, de ambas as partes, com o impacto do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes, especialmente contra mulheres, crianças e adolescentes.

#### Frentes de ação

O acordo prevê as seguintes frentes de ação: aprimoramento das instituições: tornar os órgãos do governo (polícia, ministérios, etc.) mais preparados e estruturados para lidar com esses crimes.

campanhas educativas: criar alertas e materiais informativos para o público, usando exemplos que funcionaram bem em ambos os países.

treinamento de servidores: realizar cursos e programas de capacitação para que os funcionários públicos entendam melhor as leis e como agir nesses casos.

cuidado com a vítima: trocar ideias sobre como melhor acolher e proteger quem foi vítima desses crimes.

acesso rápido à Justiça: facilitar o caminho jurídico para as vítimas, garantindo agilidade e evitando que elas sofram novamente ao lidar com a burocracia.

manual de experiências: organizar e compartilhar o que os dois países aprenderam sobre como prevenir, investigar e punir esses criminosos.

inteligência policial: compartilhar dados e provas de forma rápida para ajudar em investigações em curso, respeitando as leis de cada país.

operações em fronteiras: planejar ações policiais conjuntas para fechar rotas clandestinas e prender os responsáveis pelo tráfico e contrabando.

dados de imigração: trocar informações técnicas entre as autoridades de migração para monitorar o fluxo de viajantes suspeitos.

#### Destques

O memorando enfatiza a proteção especialmente de mulheres, crianças e adolescentes, reconhecendo que são os grupos mais afetados por esses crimes.

O texto prevê a repatriação voluntária. Com isso, a volta da vítima ao seu país de origem deve ser voluntária e segura, sempre priorizando o interesse da pessoa e os direitos humanos.

Sobre o direito à proteção da identidade das vítimas, o documento garante que a troca de informações respeite as leis de privacidade de ambos os países. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, no Reino Unido, a UK GDPR.

O acordo não prevê transferência de recursos financeiros entre os países. Cada governo deverá dispor de seu próprio orçamento e funcionários para realizar as atividades.

#### Denúncias

No Brasil, os canais oficiais para fazer denúncias relacionadas ao tráfico de pessoas são o Disque 100, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher). (Agência Brasil)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com 26 vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro. Anorquia foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na última quarta-feira (31).

O Orçamento total da União para 2026 é de cerca de R\$ 6,5 trilhões. O texto destaca ainda que 28% dos orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS) serão destinados exclusivamente para o pagamento de juros da dívida pública, o que equivale a R\$ 1,82 trilhão.

O limite global de despesas para os Três Poderes foi fixado em aproximadamente R\$ 2,4 trilhões.

Para 2026, o Orçamento sancionado prevê um superávit primário de R\$ R\$ 34,26 bilhões, podendo chegar a um superávit de até R\$ 68,52 bilhões. Pela legislação do arcabouço fiscal, a meta será cumprida mesmo com resultado zero.

A meta fiscal para 2026, fixada na LDO, permite um déficit primário de até R\$ 6,75 bilhões.

Não serão consideradas na meta de déficit primário as despesas de investimento destina-

das ao Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, limitadas a R\$ 5 bilhões.

O texto garante que a revisão anual do valor do salário-mínimo definido na lei orçamentária seja compatível com a inflação apurada (variação do Índice de Preços ao Consumidor - INPC) e com a regra de valorização. No caso de 2026, um salário mínimo equivale a R\$ 1.621, a partir de 1º de janeiro.

A LDO explicita ainda que está vedado o reajuste, em 2026, dos benefícios de auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual superior à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a última revisão de cada benefício pelos Três Poderes, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União.

#### Emendas parlamentares

O texto prevê cerca de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares para deputados e senadores destinarem a obras, programas e projetos em seus estados e municípios. Desse total, cerca de R\$ 37,8 bilhões serão destinados a emendas impositivas, de paga-

mento obrigatório. As emendas individuais, dos deputados e senadores, somam R\$ 26,6 bilhões; as de bancada, destinadas às bancadas estaduais, ficaram com R\$ 11,2 bilhões.

#### Vetos

Na quarta-feira, também foi publicado em edição extra do DOU o texto em que o presidente explica juridicamente por que vetou cada um dos 26 trechos do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

Na mensagem presidencial, um dos vetos descritos é o trecho que aumenta o valor do Fundo Partidário, usado pelas legendas para financiar campanhas e custear atividades. No despacho, o presidente justifica que a medida reduziria o montante destinado ao pagamento das demais despesas da Justiça Eleitoral e ultrapassaria o limite previsto em lei para as despesas primárias do governo.

Outro trecho vetado pelo governo permitiria o pagamento de emendas mesmo a projetos sem licença ambiental prévia ou sem projeto de engenharia. O Executivo explica que esses procedi-

mentos são requisitos para o início da execução de projetos e que identificação dos impedimentos de ordem técnica ou legal possibilitaria o remanejamento de recursos para outros projetos viáveis.

O presidente também vetou um trecho que permitia ressuscitar emendas não pagas de 2019 a 2023, os chamados "restos a pagar". O governo entende que os recursos não liberados entre 2019 e 2023 estariam "em desacordo com o prazo de validade dos restos a pagar não liquidados, estabelecido pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986".

Sobre as despesas que não poderiam ser contingenciadas, o despacho lista aquelas decorrentes da fiscalização nas agências reguladoras, os custos com defesa agropecuária, programas para inclusão de mulheres na transição energética e despesas com o apoio à educação de pessoas com altas habilidades. Na mensagem, o mandatário defende que essas despesas que não possam ser contingenciadas por "reduzir a flexibilidade e a liberdade dos órgãos na gestão de suas próprias despesas orçamentárias." (Agência Brasil)

## Recolhimento do MEI sobre para R\$ 81,05 em 2026

A contribuição mensal do Microempreendedor Individual (MEI) aumentou de R\$ 75,90 por mês para R\$ 81,05 por mês a partir de 1º de janeiro, uma vez que o valor é calculado com base no salário-mínimo, que também foi reajustado. A contribuição representa 5% do novo salário mínimo, que subiu para R\$ 1.621.

#### Pagamento

O valor é pago por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que, além da contribuição previdenciária, cobra os impostos devidos

pelo MEI.

O DAS vence todo dia 20 de cada mês. Ele pode ser emitido diretamente no Portal do Simples Nacional ou pelo App MEI, disponível para iOS e Android.

Há opção também de pagar por boleto, PIX e débito automático ou outras opções oferecidas pelas instituições financeiras.

Os microempreendedores individuais (MEIs) que exercem atividades sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do comércio e indústria, têm um acréscimo de R\$ 1 por mês no DAS.

Para atividades sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), os prestadores de serviços, a soma é de R\$ 5.

Os empreendedores que realizam os dois tipos de atividade precisam pagar os dois impostos, desdobrando R\$ 6 a mais na contribuição.

#### MEI

O Microempreendedor Individual (MEI) é a forma mais simples de o empreendedor se formalizar, pois disponibiliza ao cadastrado um número de Ca-

dastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Uma vez formalizado como MEI, o empresário pode emitir notas fiscais com facilidade, abrir uma conta empresarial e ter acesso a empréstimos com melhores taxas de juros.

Além disso, pode contribuir para a aposentadoria e receber benefícios de seguridade social.

Para se tornar MEI, o faturamento anual deve ser de até R\$ 81 mil por ano. Para o MEI transportador autônomo, o valor anual é de até R\$ 251,6 mil. (Agência Brasil)

## Saúde lança versão atualizada da Caderneta da Pessoa Idosa

uma versão física da caderneta será distribuída para todo o país.

Em nota, a pasta informou que o material foi reestruturado para se tornar "mais acessível, acolhedor e robusto, funcionando como um elo entre a pessoa idosa, seus familiares e as equipes de saúde".

"Além de organizar o histórico clínico, o material agora incorpora novos elementos que levam em consideração a diversidade e a realidade social dos mais de 32 milhões de brasileiros com 60 anos

ou mais", destacou o ministério.

#### Mudanças

Dentre as novidades incluídas na atualização está o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional, que permite avaliação das condições de fragilidade e necessidades específicas de cada pessoa.

O documento também apresenta conteúdos em fontes maiores e utiliza ilustrações e QR codes para direcionar o usuário e os profissionais a conteúdos complementares de

educação em saúde.

#### Entenda

A Caderneta da Pessoa Idosa é um instrumento direcionado tanto para o cidadão quanto para profissionais de saúde, onde são organizados registros de consultas, vacinas, medicamentos e resultados de exames. Também podem ser acessadas informações sobre os direitos da pessoa idosa, alimentação saudável, serviços e telefones úteis. (Agência Brasil)

## Ônibus em SP tem queda de passageiros e aumento de subsídio da prefeitura em 2025

O sistema de transporte público de São Paulo teve queda de passageiros em 2025 ao mesmo tempo em que a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) aumentou os valores repassados às empresas operadoras do sistema para compor a receita tarifária.

Segundo dados apresentados pela SPTrans (empresa de transportes municipal) em reunião na manhã desta sexta-feira (2), foram transportados 2,12 bilhões de passageiros, 1,8% a menos do que em 2024, quando foram registrados 2,16 bilhões.

No último dia 29, Nunes anunciou aumento da tarifa de ônibus para R\$ 5,30. O reajuste de 6% está acima da inflação acumulada no período de janeiro a novembro de 2025, de 3,9%, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) do IBGE. O novo valor começa a valer a partir da próxima terça (6).

Na capital paulista, a política municipal de transportes prevê que a prefeitura arque com parte dos custos do sistema, que inclui manutenção da frota e dos terminais, combustível, mão de obra e investimentos. Sem o repasse, a passagem de ônibus custaria R\$ 13,49, segundo cálculos da SPTrans.

Os subsídios pagos às empre-

sas ao longo do ano passado atingiram R\$ 7,2 bilhões, maior valor da série histórica, com aumento de 7,4% em relação ao ano passado.

O valor superou a verba prevista para essa finalidade no orçamento da cidade, que foi de R\$ 6,5 bilhões. Para 2026, a previsão é destinar R\$ 6,2 bilhões.

Em dezembro, o prefeito assinou decreto que destinou R\$ 40 milhões em compensações financeiras às operadoras do sistema, após paralisação de motoristas e cobradores de ônibus que afetou cerca de 3,3 milhões de passageiros.

Com o aumento da tarifa para R\$ 5,30, a diferença paga pela prefeitura por passageiro será de R\$ 8,19 a partir do próximo dia 6, quando o reajuste começa a valer.

Em 2024, os repasses de verbas municipais às empresas de ônibus tiveram salto de 26,4% em comparação ao ano anterior. O maior aumento desde o fim da pandemia, quando as restrições sociais esvaziaram o transporte público. Com isso, nos últimos dois anos, os subsídios acumularam alta de 35,8% de R\$ 5,3 para R\$ 7,2 bilhões.

No cálculo dos valores repassados pela prefeitura, entram os custos com a tarifa zero aos domingos, implantada pela gestão Nunes a partir de 17 de dezembro

de 2023, poucos meses antes do início da sua campanha para a reeleição à prefeitura.

Segundo a SPTrans, a tarifa zero representou 12% dos subsídios repassados em 2025, ou R\$ 864 milhões. A maior fatia, 45%, abarca a política de transporte do Bilhete Único, que prevê quatro embarques em até três horas pagando uma única tarifa.

Benefícios previstos a estudantes, idosos e pessoas com deficiência compõem o restante das gratuidades ou passagens com descontos pagas com recursos municipais às empresas.

Em 2025, as gratuidades no sistema de ônibus passaram de 28% para 29% do total de passageiros, após terem tido alta de seis pontos percentuais em 2024 na comparação com o ano anterior. O percentual de passageiros pagantes era de 54% em 2023 e caiu para 50% em 2025. O resto das viagens são de integração do Bilhete Único.

Segundo a gestão Nunes, a correção atual da passagem de ônibus para R\$ 5,30 corresponde a 20,45% de aumento em relação ao valor da passagem em 2020, quando custava R\$ 4,40. No período, a inflação acumulada foi de 38,4%, segundo o IPCA.

Para o especialista em mobilidade urbana Rafael Calábria, em po-

quisador do BRCidades, a justificativa da gestão Nunes para o aumento da tarifa de ônibus feito pela SPTrans é baseada na inflação e não leva em conta a composição dos custos do sistema e nem o impacto nos usuários que deixarão de usar o transporte público com o tarifa mais cara. "É uma decisão basicamente política", diz.

Os usuários do sistema de transporte têm até o dia 5 de janeiro para recarregar o Bilhete Único com o valor ainda não reajustado.

O novo valor da tarifa só será debitado do cartão de transporte a partir de recargas feitas na categoria Jovem Comum após a data do reajuste. Até acabar o saldo pago em 2025 (dentro do prazo de 180 dias), serão debitados R\$ 5 ao pagar pelas catracas.

Com o aumento, o valor da integração do Bilhete Único Comum, para usuários dos ônibus municipais e do transporte sobre trilhos (trem e metrô), passará de R\$ 8,90 para R\$ 9,38. O reajuste de 5,39% está acima da inflação acumulada no período, de 3,9%, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) do IBGE.

Passageiros que usam vale-transporte pagarão R\$ 11,32 nessa modalidade, alta de 5,69% em relação a 2025, quando o bilhete integrado custava R\$ 10,71. (Folhapress)



# Reforma tributária entra em fase de testes em 2026

O ano de 2026 marca uma virada histórica no sistema tributário brasileiro. Na quinta-feira (1º), começou oficialmente o início da transição da reforma tributária sobre o consumo, com a entrada em operação do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual.

Embora a Receita Federal classifique 2026 ano como um "ano de testes", o contribuinte que emite notas fiscais deve estar atento. Não se trata de uma simulação: haverá movimentação financeira real, emissão de notas fiscais com novos campos obrigatórios, adaptação de sistemas e impactos diretos na rotina de empresas, produtores rurais, importadores e, em alguns casos, pessoas físicas.

Na prática, este ano funcionará como um grande ensaio geral antes da substituição definitiva de cinco tributos. Desse total, três são federais: o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é administrado pelos estados; e o Imposto sobre Serviços (ISS), pelos municípios.

Esses cinco tributos começaram a ser extintos em 2027, mas haverá uma alíquota de teste em 2026. O PIS, a Cofins e o IPI darão origem à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O ICMS e o ISS darão origem ao Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS). A soma da CBS e do IBS resultará no IVA Dual.

Neste ano, haverá uma alíquota de teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, que serão deduzidos dos tributos atuais. A partir de 2027, os cinco tributos sobre o consumo serão gradualmente extintos, enquanto as alíquotas de CBS e de IBS subirão.

A seguir, veja o que começa a valer em 2026 e quais providências os contribuintes precisam tomar:

## Mudanças em 2026

Primeiro ano de operação prática do novo sistema;

Início da transição com movimentação financeira real;

Tributos atuais continuam existindo em paralelo;

Extinção gradual de PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI começa em 2027.

Ano-chave para ajustes tecnológicos e fiscais

Cobrança do IVA Dual em caráter de teste

Alíquota total de 1%:

0,9% de CBS (federal);

0,1% de IBS (estadual e municipal).

O valor pago não representa aumento efetivo de carga tributária. O montante recolhido a título de CBS e IBS será compensado com o que a empresa já paga de PIS e Cofins. Na prática, a empresa paga o novo imposto, mas desconta o mesmo valor dos tributos antigos, mantendo o desembolso

total inalterado em 2026.

## Mudanças nas notas fiscais

Mesmo com alíquotas simbólicas, as obrigações acessórias são imediatas.

As empresas deverão: Destacar CBS e IBS nas notas fiscais;

Preencher novos campos obrigatórios;

Informar corretamente a classificação fiscal de produtos e serviços.

Erros na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) ou no enquadramento tributário podem:

Impedir a emissão da nota;

Gerar recolhimento incorreto;

Travar o faturamento da empresa.

Atualização de sistemas das empresas

Softwares de gestão e emissão de documentos fiscais precisam ser adaptados

Sistemas passam a consultar regras tributárias em tempo real;

Notas fiscais podem ser rejeitadas por inconsistências cadastrais;

Quem não se adequar corre risco de:

Rejeição das notas fiscais;

Paralisação das operações;

Autuações futuras.

Adiamento de penalidades

Em 23 de dezembro, a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS anunciarão o adiamento das punições automáticas:

Não haverá multas imediatas por falta de preenchimento de IBS e CBS;

A dispensa vale até o primeiro dia do quarto mês após a publicação dos regulamentos.

Apesar da flexibilização, a recomendação é que o contribuinte que emita notas fiscais cumpra integralmente as regras desde janeiro, para evitar inconsistências futuras e problemas quando a fiscalização estiver plenamente ativa.

## Split payment (pagamento dividido)

Regulamentado pelo projeto de lei aprovado pelo Congresso no fim do ano passado, o split payment (pagamento dividido) fará a separação automática do imposto no momento do pagamento.

O valor do tributo não entrará na conta da empresa, sendo transferido diretamente ao governo. Isso exigirá revisão do fluxo de caixa e do capital de giro, porque o dinheiro do imposto deixará de circular na empresa ao longo do mês.

Embora seja obrigatório apenas a partir de 2027, as empresas precisam se preparar em 2026.

## Revisão de contratos e cadastros

Empresas devem:

Rever contratos com fornecedores e clientes;

Ajustar cláusulas de repasse tributário;

Revisar cadastros fiscais e

classificações.

O enquadramento correto será fundamental para a geração e o aproveitamento de créditos no novo modelo de não cumulatividade do IVA. Esse modelo extingue a cobrança em cascata, comum em empresas de médio e pequeno porte.

## Pessoas físicas

A partir de julho de 2026:

Pessoas físicas consideradas contribuintes habituais de IBS e CBS precisarão se inscrever no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ);

Medida não transforma a pessoa física em empresa, mas facilita a apuração e o controle fiscal.

Teste em imóveis e aluguéis

Em 2026 começa a coleta de dados para a futura tributação, que passa a valer em 2027.

Podem ser tributadas pessoas físicas que:

Vendam mais de três imóveis no ano, adquiridos há menos de cinco anos;

Vendam mais de um imóvel construído por elas nos últimos cinco anos;

Obtenham receita anual superior a R\$ 240 mil com aluguel de mais de três imóveis.

## Produtores rurais

Isenção total para faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões;

Produtores acima desse limite passarão a contribuir com o IVA;

Alíquota estimada pode chegar a 28%, contra cerca de 5% hoje;

Sementes e adubos ficam isentos;

Alimentos e insumos agrícolas terão redução de 60% da alíquota geral de IVA.

Importações

Importação de bens e serviços passa a ser tributada por CBS e IBS.

Tributação na entrada do produto no país, para igualar a tributação ao produto nacional;

IVA estimado em cerca de 28%, além dos impostos já existentes;

Em 2026, segue fase de testes, sem aumento efetivo da carga tributária.

Em resumo: como se preparar para 2026

Atualizar sistemas e softwares de gestão;

Adequar a emissão de notas fiscais;

Revisar cadastros, contratos e classificações fiscais;

Planejar o impacto do split payment no fluxo de caixa;

Tratar 2026 como um ensaio geral obrigatório.

A Receita Federal recomenda que empresas e pessoas físicas que emitam notas fiscais não usem 2026 como ano de espera.

O Fisco alerta que quem não se preparar pode enfrentar sérias dificuldades em 2027, quando os tributos antigos começarem a ser extintos e as alíquotas reais do novo sistema tributário entrarem em vigor. (Agência Brasil)

# Bancos excluem chaves Pix de 9 milhões de brasileiros com CPF irregular na Receita

Instituições financeiras e de pagamentos excluíram chaves Pix de 9,1 milhões de brasileiros por problemas ligados ao CPF (Cadastro de Pessoa Física) na Receita Federal nos últimos dez meses. A ação faz parte de determinação do Banco Central para reforçar a segurança do sistema financeiro nacional contra fraudes.

Os números calculados na reta final do ano superaram as estimativas iniciais da autoridade monetária, que previa que a medida pudesse atingir cerca de 8 milhões de chaves com problemas ligados ao CPF.

Foram canceladas chaves Pix de pessoas físicas com CPF suspenso, nulo ou cancelado, além daquelas cujos titulares faleceram. A orientação foi dada em março pelo regulador com o objetivo de coibir golpes e fraudes, sem afetar contribuintes inadimplentes no pagamento de tributos.

A avaliação do Banco Central é que o impacto da medida tem sido positivo até agora, embora não seja possível quantificar quantas fraudes foram evitadas. A análise leva em consideração que, ao fazer a limpeza na

base de dados, fica mais difícil que criminosos adotem chaves com grafia parecida aos nomes de empresas verdadeiras para aplicação de golpes.

Problemas de grafia representavam a parcela mais significativa dos casos, de acordo com o BC.

Pessoas físicas podem cadastrar até cinco chaves Pix para cada conta e pessoas jurídicas, até 20 chaves. Segundo cálculos do Banco Central, foram excluídas no total, de março a 20 de dezembro, 13,4 milhões de chaves Pix de pessoas físicas e mais 5 milhões que pertenciam a pessoas jurídicas.

No caso de empresas, 3,4 milhões tinham o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) em situação irregular na base cadastral da Receita.

## SEGURANÇA

O reforço da segurança do Pix, meio de pagamento que completou cinco anos de existência em 2025, tornou-se uma questão emergencial no BC, sobretudo depois dos casos de ataques hackers que provocaram desvios milionários de recursos.

Foram anunciadas, nos últimos

meses, diversas medidas buscando fechar brechas que poderiam trazer mais vulnerabilidade ao sistema de pagamentos instantâneos. As regras tinham como foco, por exemplo, instituições que se conectam ao sistema financeiro por meio dos PS-TIs (Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação).

Como mostrou a Folha, o BC excluiu de forma definitiva do Pix 33 instituições e suspendeu outras sete de maneira cautelar após elas terem demonstrado fragilidade na implementação de mecanismos de gerenciamento de risco de fraude.

Outras 31 instituições, que atuam sem autorização do regulador, terão até o dia 3 de março de 2026 para se adequarem às novas regras e encontrarem um novo "tutor" que seja participante direto do Pix. Caso contrário, também serão excluídas do sistema de pagamentos.

Desde que as medidas emergenciais foram implementadas, o BC não registrou novos ataques cibernéticos. O último incidente ocorreu em outubro.

O ex-diretor do BC João Manoel Pinho de Mello, que esteve à frente do Pix em seu lançamento

to, afirma que, mais do que ser efetivamente seguro, o sistema precisa parecer seguro aos olhos da população. Ele vê como acertadas as decisões tomadas pela autoridade monetária nessa direção.

"O tema de segurança cibernética é uma atenção permanente. Esse é o grande ponto de atenção dos sistemas de pagamentos de forma geral, e do Pix em particular", afirma a Folha, recordando que, desde o início da operação, houve investimento nas barreiras de proteção.

Hoje, a divisão responsável pela segurança do Pix conta com nove funcionários e, a partir do próximo ano, serão sete servidores 100% dedicados à função.

## APERFEIÇOAMENTOS

Para 2026, o Banco Central prevê novidades na agenda de segurança do Pix. Ao longo do ano, a equipe técnica trabalhará no desenvolvimento de um "score" que indicará a probabilidade de fraude no sistema de pagamentos instantâneos.

A ideia é que esse indicador sirva como subsídio para as instituições financeiras decidirem se vão dar ou não prosseguimento

a uma transação iniciada pelo usuário.

A construção desse indicador usará técnicas de inteligência artificial e do modelo de machine learning, englobando informações de transações e fraudes registradas no DICT (diretório de identificadores de contas transacionais) "base com os dados cadastrais dos usuários que é gerida pelo BC".

Essa nova ferramenta só deve entrar em operação em 2027, devido à complexidade de desenvolvimento do modelo.

O BC também avalia a necessidade de ajustes no botão de contestação do Pix, lançado para facilitar a comunicação dos usuários com as instituições em casos de golpes e fraudes.

Ainda que os pedidos de devolução de recursos tenham aumentado significativamente desde que o botão se tornou obrigatório nos aplicativos das instituições financeiras, em outubro, a taxa de ressarcimento continuava abaixo de 10%.

Até agora, a avaliação é que o mecanismo não atingiu o objetivo esperado. O plano é seguir monitorando os dados nos primeiros meses do ano e, se o

indicador se mantiver estável, o que sinaliza que não está sendo efetivo, o BC fará aperfeiçoamentos.

Outra prioridade do Banco Central será fechar brechas envolvendo a oferta de Pix no exterior por meio da regulamentação de intermediários.

Atualmente, o BC não consegue monitorar a atuação de estabelecimento comercial em Buenos Aires que aceita pagamentos via Pix de seus clientes, por exemplo. Isso porque o Pix é recebido por um parceiro brasileiro que presta serviço para essa loja na Argentina e, ainda que a autoridade monetária consiga seguir o fluxo do dinheiro, ela não é capaz de enxergar o momento exato da transação.

A ocultação do beneficiário final pode abrir espaço para eventual lavagem de dinheiro ou fraude. Por isso, a ideia é criar regras para que seja possível identificar os recebedores de Pix no exterior. Um meio é aperfeiçoar o processo de comunicação com as instituições financeiras. O trabalho já está em andamento e seguirá ao longo do ano que vem, mas também deve ser finalizado em 2027. (Folhapress)

# Busca por pisada confortável movimentou mercado de R\$ 7,5 bilhões no Brasil

Depois de anos de pandemia e home office, quando milhões de pessoas se renderam aos chinês e às pantufas, os calçados esportivos ganham espaço na busca por conforto. A venda de tênis no Brasil deve fechar 2025 em R\$ 21,6 bilhões, alta de 15% sobre 2024 e de 84% em relação a 2020, segundo previsão da Euromonitor. O avanço é superior à venda de calçados em geral, que cresceu 60% entre 2020 e 2025.

Quem vem puxando esta alta é o segmento de tênis casuais, ou "sneakers", os modelos que são mais estilosos do que funcionais. Os casuais devem faturar R\$ 7,5 bilhões em 2025, o dobro das vendas de 2020, e vêm atrair marcas como Lupo, Live! e Anapaci.

No grupo Azzas 2154, um dos maiores fabricantes de calçados do país, os tênis casuais respondem por 40% das vendas da Anapaci, marca que ganhou fama pelas suas sapatinhas. Na Schutz, do mesmo grupo, os modelos esportivos já somam 25%. "É a Anarezzo [que ainda não tem tênis casual], é uma grande oportuni-

dade", disse à Folha o CEO do Azzas 2154, Alexandre Birman.

Em novembro, o Lupo Sports, linha de moda esportiva da Lupo, desembarcou no mercado de tênis com o modelo casual Origem, produzido no Brasil por terceiros.

"Hoje a moda é a esportiva, que vale para todas as ocasiões e para todas as idades", disse a CEO da Lupo, Líliana Auliero.

Segundo Andrea Meneguete, coordenadora do curso de pós-graduação de marketing de moda e beleza da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), o aumento da demanda por casuais traduz a busca por mais conforto no pós-pandemia. "É o desejo por um estilo de vida que remete ao autocuidado."

Trata-se de um movimento global e transversal, que vai desde grifes como Louis Vuitton e Marc Jacobs até grandes redes varejistas como Renner, C&A e Riachuelo, que vêm ampliando o espaço dedicado nas lojas à área fitness, diz a especialista. "É a vontade de vestir roupas e calçados confortáveis e estilosos, distante da ideia de visual des-

leixado que ficou associado ao home office", diz.

A fabricante de moda esportiva Life! lançou em dezembro os primeiros tênis próprios, o Live! Loop e o Live! One, após dois anos de pesquisas. Os modelos são fabricados por terceiros no Vietnã, país que lidera a produção de calçados no mundo. "Completamos o look da consumidora com um tênis para o dia a dia, não só para a academia", diz Patrícia Calixto, gerente de marketing da Life!.

A empresa catarinense, com sede em Jaraguá do Sul, vem em expansão acelerada via franquias: prevê faturamento de R\$ 1 bilhão em 2025 (alta de 38% sobre 2024), ancorado em uma rede de 378 lojas, 103 delas próprias. Segundo Patrícia, o mercado de calçados esportivos é predominantemente masculino, daí o interesse da marca em lançar opções também para mulheres. Antes disso, a Life! já havia realizado dois lançamentos em colaboração com a marca franco-brasileira de tênis Veja.

A cada dez calçados vendi-

dos no Brasil, quatro são tênis; em 2020, a proporção era de 3,4. A busca por uma vida saudável, também impulsionada pela pandemia, alavanca a venda da categoria. As corridas de rua são um incentivo a mais: somam 8.500 eventos ao ano no país, segundo o site especializado WebRun.

Na plataforma Ticket Sports, que oferece inscrições para eventos esportivos de diversas modalidades - corrida, ciclismo, natação, triatlo etc., metade dos inscritos em 2025 nunca havia participado de eventos desse tipo, que somaram 11.240 no ano, uma alta de 32% em relação a 2024.

No Grupo SBF, dono da Centauro e da Fisiz, distribuidora exclusiva da Nike no Brasil, as corridas se tornaram parte do negócio. A empresa lançou em 2024 o Desbrava, circuito de corridas de rua que percorreu 20 cidades em 2025, o dobro do ano anterior. Para participar, o corredor compra um kit, cujo preço vai de R\$ 99,90 a R\$ 209,90, e dá direito a 20% de desconto na loja em que o material for retirado.

"A corrida é um dos esportes mais democráticos que existem", diz Fábio Viana, diretor de calçados da Centauro. "É começa com a escolha de um bom tênis."

Na multinacional alemã Adidas, o desempenho do Brasil já chamou a atenção. "O país está entre os nossos 10 maiores mercados mundiais", diz Bárbara Ikari, gerente sênior de marketing para Adidas Brasil.

A empresa está animada com as vendas em 2026: é uma das patrocinadoras da Copa do Mundo e fornecedora da bola oficial, batizada de Trionda. O nome tem origem espanhola e significa "três ondas", em homenagem à primeira vez em que três países serão sede do mundial - México, Canadá e EUA.

Em São Paulo, foi instalado um espaço especial da Trionda próximo à árvore de Natal do Ibirapuera. O parque mais famoso da cidade, que atrai centenas de corredores, contará com a Adidas como parceira em 2026. A empresa já patrocinou a Meia Maratona de São Paulo e a Maratona do Rio.

Em junho de 2025, o trio de bilionários do 3G Capital - Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira - comprou a americana Skechers, de calçados esportivos, por US\$ 9,4 bilhões (R\$ 51,2 bilhões). Lemann e seu filho Marc, junto com Sicupira, já eram sócios da On Holding, que produz os tênis On Running, a marca do tenista suíço Roger Federer que patrocinou João Fonseca, prodígio do tênis brasileiro.

A Skechers está presente no Brasil com importados, mas ainda não é relevante. No país, marcas como Olympikus e Mizuno, da Vulcabras, estão entre as mais vendidas, em um mercado muito pulverizado.

A previsão da Euromonitor é que a venda de tênis no mundo atinja em 2025 quase R\$ 1 trilhão (US\$ 179 bilhões), tendo a China como maior consumidor (em valor). Mas no Brasil a categoria cresce em um ritmo bem mais acelerado: salto de 84% entre 2020 e 2025, frente a uma alta de 44% na venda global do período. (Folhapress)

# STF terá evento para lembrar 3 anos de atos golpistas de 8 de janeiro

## Turistas lotaram rede hoteleira de Niterói no réveillon

O réveillon em Niterói registrou um marco histórico. A ocupação da rede hoteleira atingiu 100% e superou as expectativas. Para a prefeitura, esse desempenho consolida a cidade como um dos destinos mais procurados do estado do Rio para a festa da virada de ano.

"O resultado é reflexo de uma estratégia robusta de promoção, acolhimento e internacionalização da marca turística da cidade", afirmou em nota. Dados da administração municipal e da Niterói Empresa de Lazer e Turismo (Neltur), indicam que a cidade da região metropolitana do Rio tem cerca de 2.300 leitos disponíveis em hotéis, pousadas e estabelecimentos similares, o que mesmo em períodos de alta demanda mantém condições de atender os visitantes.

Essa capacidade da rede hoteleira e a qualidade dos serviços são apontadas pela prefeitura como motivo para a preferência pelo município conhecido como cidade sorriso e poderem aproveitar vários aspectos de lá. "Turistas nacionais e internacionais escolheram Niterói como base para explorar as paisagens naturais, a cultura vibrante e os eventos programados pela administração municipal".

O presidente da Neltur, André Bento, creditou o resultado aos esforços que a empresa e a prefeitura vêm fazendo para posicionar a cidade no mapa global do turismo.

"Niterói está colhendo os frutos de um trabalho planejado e integrado, que envolve

promoção internacional, qualificação da oferta e acolhimento ao turista", avaliou Bento.

A assistência aos visitantes em diversos idiomas incluindo apoio ao planejamento de roteiros é feita em vários pontos da cidade, que atualmente conta com 9 Centros de Atendimento ao Turista (CATs) localizados em locais de grande interesse como o Caminho Niemeyer, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Mercado Municipal e o Parque da Cidade.

De acordo com a Prefeitura de Niterói, somente no primeiro semestre de 2025 foram realizados mais de 12 mil atendimentos a turistas nacionais e estrangeiros nesses pontos espalhados pela cidade. O destaque foram visitantes vindos da Argentina, França, Estados Unidos, Alemanha, Chile, Itália, Portugal, Espanha, Colômbia e México.

Já do Brasil a maior parte era de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. "O que demonstra a diversidade de perfis que escolhem Niterói como destino", completou.

A imagem de Niterói também foi trabalhada no exterior e isso contribuiu, segundo a prefeitura, para o aumento de turistas. A Neltur tem participado de eventos do setor, por exemplo de feiras, como a ITB Berlin e a BTL Lisboa. "Nos coloca no centro do debate mundial sobre turismo sustentável e qualificação. É uma conquista que se reflete diretamente nos números que estamos colhendo hoje", apontou André Bento. (Agência Brasil)

O Supremo Tribunal Federal (STF) promove, no próximo dia 8 de janeiro, em Brasília, evento para relembrar os atos golpistas de três anos atrás, quando alguns milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro - exigindo um golpe militar - invadiram e depredaram prédios dos poderes na capital da República.

Para marcar a data, a Suprema Corte realiza o evento "Democracia Inabalada: 8 de janeiro - Um dia para não esquecer". A programação inclui a abertura de uma exposição, a exibição de um documentário, uma roda de conversa com jornalistas e uma mesa de debate.

No início da tarde de 8 de janeiro haverá a abertura da exposição "8 de janeiro: Mãos da Reconstrução", a ser exibida no Espaço do Servidor, no STF.

Em seguida, será exibido o documentário "Democracia Inabalada: Mãos da Reconstrução" no Museu do próprio tribunal.

A programação segue com uma roda de conversa com profissionais da imprensa sobre o

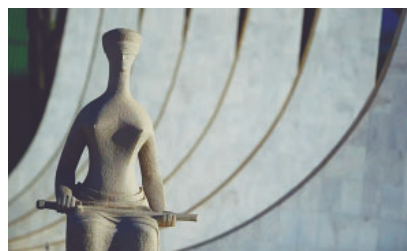


Foto: Marcello Casal Jr/Arquivo

tema, também no Museu do STF, e finaliza com a mesa-redonda "Um dia para não esquecer", no salão nobre do Supremo.

### Golpe de Estado

Ao lembrar os dois anos do 8 de janeiro, neste ano, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, afirmou que os atos golpistas foram a "face visível" de um movimento "subterrâneo" que articulava um golpe de Estado.

"Relembrar esta data, com a gravidade que o episódio me-

rece, constitui, também, um esforço para virarmos a página, mas sem arrancá-la da história", frisou Fachin durante cerimônia que lembrou os dois anos do 8 de janeiro.

### Atos golpistas

Logo após o resultado da eleição ser divulgada em 30 de outubro de 2022, teve início um movimento pedindo um golpe militar para impedir que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva assumisse o cargo.

## Veja dicas de cuidados com crianças nas férias para evitar acidentes

As mudanças no dia a dia das crianças durante as férias escolares combinam uma rotina mais livre, com novas atividades e menor supervisão direta, trazendo desafios para os pais e responsáveis.

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil dão dicas e recomendações simples de cuidados para evitar acidentes em casa ou em outros lugares, durante esta época que começa em meados de dezembro e vai até fevereiro, variando em cada estado e município.

"A gente tem aí esse desafio de entreter as crianças e ocupá-las no período de férias. As famílias acabam entrando em programações onde os pais tiram também suas férias e propõem alguma atividade extra para as crianças. Então, o primeiro desafio é o local onde serão realizadas essas novas atividades para ocupar as crianças e para elas se divertirem", destacou o pediatra e alergista do Hospital Santa Catarina - Paulista, Josemar Lídio de Matos.

De acordo com Matos, a primeira dica é estar atento se os locais escolhidos para a brincadeira oferecem o mínimo de segurança.

"Se vai a um parquinho diferente, é preciso ver se é um parquinho em que os brinquedos estão conservados, são seguros, se tem um piso que absorve impacto em caso de queda. Se, eventualmente, a família frequentar clubes, hotéis, deve-se averiguar se oferecem sistemas de segurança, como rede nas janelas, proteção de piscinas para que os pequenos não caiam, se a área da piscina está isolada".

### Riscos

Segundo o pediatra, os riscos devem ser medidos conforme a idade da criança. Em crianças de até 3 anos de idade, os principais riscos podem estar até mesmo dentro de

casa, como o risco de queda.

"É a queda do sofá, é a queda da cama. A família viaja para uma casa e aí, na hora de dormir, não vai ter o berço da criança. Ela dorme em uma cama mais alta, cai e bate a cabeça. São os traumas".

Josemar Lídio de Matos cita também os riscos de queimaduras: "O bebê vai lá, puxa alguma coisa, puxa uma panela quente, puxa um prato que está com algo que acabou de sair do forno".

As queimaduras, segue-se o risco de intoxicação por ingestão de produtos de limpeza, por exemplo, que não deveriam estar ao alcance da criança.

O pediatra explica que quando se trata de crianças maiores, os mecanismos de trauma são resultantes da própria energia das crianças que se expõem a riscos de queda, por exemplo, ao andar em aparelhos sobre rodas, como bicicletas, skates e patins.

Lídio de Matos recomenda aos pais que fiquem atentos e garantam equipamentos de proteção como capacete, cotoveleiras e joelheiras adequados à idade da criança: "E sempre sob supervisão de um adulto".

Ao alugar uma residência para passar as férias, os pais têm que verificar se os brinquedos que eventualmente estejam nessa casa são apropriados para a criança e se contém peças pequenas que oferecem risco de engasgo, por exemplo.

"Se tiver um playground, deve-se verificar que brinquedos são aqueles, se estão bem conservados, se não têm risco de a criança escorregar, de o brinquedo quebrar enquanto ela estiver brincando e cair".

O pediatra também alerta para os riscos de afogamento em locais com piscina ou praia. Nesse sentido, ele recomenda checar se há proteção sobre a piscina e que os



pequenos não acessem esses locais sem supervisão de um adulto.

A pediatra Patrícia Rolli, que também trabalha no Hospital Santa Catarina, chama a atenção para a importância de os pais estarem atentos, já que basta um segundo de distração para um potencial risco aos pequenos.

"O acidente acontece em segundos. Basta um instante de distração para que a criança fique em perigo".

### Diálogo

Para as crianças maiores, a orientação do pediatra Lídio de Matos é que os pais estimulem sempre o diálogo. Assim, ao programar um passeio no shopping, por exemplo, é importante explicar para os pequenos os riscos de se perder dos pais, e como proceder nessas situações: procurar um adulto confiável, explicar a situação e pedir ajuda. "Esse hábito cotidiano deve ser posto em prática nas férias, porque é uma coisa que foge da rotina".

"Quando os adultos seguem regras de segurança no trânsito e na hora do lazer, as crianças reproduzem esse comportamento naturalmente. Ensinar como agir em situações de risco, como pedir ajuda, reconhecer perigos e memorizar números de emergência, também contribui para uma rotina mais segura", lembra a pediatra Patrícia Rolli.

Como as crianças vão fazer atividades diferentes das habituais e, muitas vezes, em locais diferentes, os pais já devem inculcar nos filhos algumas regras de segurança. "Por exemplo, a família chegou na praia. Deve-se ensinar a criança a entender as sinalizações dos guarda-vidas sobre o mar. E o adulto também não pode desobedecer a placa. Isso ajuda bastante. É o adulto dando o exemplo", salientou Josemar de Matos.

Outra recomendação é dar dicas de localização para a criança, pedir que não se distancie muito do local escolhido e mostrar pontos de referência claros. Uma dica da pediatra Patrícia Rolli é escolher roupas chamativas para as crianças ao se frequentar locais com muita gente. "Uma criança com uma roupa em um tom pastel meio que se apaga na água, na areia. É muito mais difícil de o adulto localizar à distância, de estar monitorando o tempo inteiro onde está essa criança". Daí, a importância de sempre usar cores bem fortes e chamativas nas crianças, para que elas estejam sempre no radar do adulto responsável. (Agência Brasil)

## Universidades criam Instituto Nacional do Cerrado para unir ciência e políticas públicas do bioma

Buscando integrar e promover a pesquisa científica que foque no desenvolvimento sustentável do segundo maior bioma do país, universidades criaram o Instituto Nacional do Cerrado no último dia 16.

Mercedes Bustamante, professora de ecologia na UnB (Universidade de Brasília), onde o instituto ficará sediado provisoriamente, e especialista no cerrado, afirma que a região concentra os grandes desafios do nosso tempo.

"Os impactos da mudança do clima já se fazem sentir, as mudanças de uso da terra [desmatamento e conversão em lavouras e pastos] são rápidas, há conflitos socioambientais dramáticos e tudo isso gera consequências negativas para as seguranças alimentar, hídrica e energética", explica.

A pesquisadora, escolhida como primeira diretora-executiva da nova entidade, ressalta que, devido a esse quadro, esse é um espaço onde podem ser implementadas estratégias inovadoras, de impacto nacional e global.

"Conciliar uma agricultura compatível com as demandas de conservação da biodiversidade e ecossistemas, estabilidade climática e justiça social requer soluções direcionadas e bem fundamentadas", diz ela.

De agosto de 2024 a julho de 2025, o cerrado perdeu 7.235 km² de vegetação nativa, o menor índice para o bioma em cinco anos, mas equivalente a quase cinco vezes a área da cidade de São Paulo.

O bioma é a savana mais biodiversa do mundo e é o berço da maioria das bacias hidrográficas do país. No entanto, também é uma fronteira do agronegócio brasileiro, que é o principal motor do desmatamento na região, que já tem o clima mais seco e quente por causa disso.

"Já existe um conjunto robusto de universidades, institutos federais e centros de pesquisa fazendo ciência de ponta sobre o bioma", explica Bustamante. "Mas há a necessidade de um espaço em que soluções para os problemas socioambientais com-

plexos possam ser articuladas e capitalizadas."

O lançamento do órgão, fundado como associação civil, contou com a participação de reitores e pesquisadores de 19 instituições de ensino superior da região.

A demanda dos acadêmicos era que a entidade fosse criada pelo governo federal, sob o guarda-chuva do MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação). A pasta tem 18 unidades de pesquisa, sendo 4 voltadas para biomas específicos: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, Instituto Nacional da Mata Atlântica e, focado na caatinga, o Instituto Nacional do Semiárido.

No entanto, em agosto, a pasta afirmou à Folha que reconhecia o mérito da proposta do Instituto Nacional do Cerrado, mas não dispunha de orçamento para executá-la. Agora, o novo instituto vai pleitear a sua classificação como organização social e, na sequência, a vinculação à pasta por meio de um contrato de gestão.

Segundo os responsáveis, esse modelo, mais enxuto e célere, já é usado por outros centros, como o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada) e o Inpo (Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas). O formato também é menos oneroso aos cofres públicos, já que tem maior autonomia para buscar recursos em outras fontes.

De acordo com Bustamante, o financiamento foi um dos pontos centrais para a criação da associação. "Estamos prospectando as possibilidades [de verbas] a partir de diferentes fontes. O planejamento é que o instituto incline suas atividades com uma estrutura concisa e eficiente", diz.

Além dela, a diretoria executiva provisória do instituto, com mandato de seis meses, é composta pelo professor Laerte Guimarães Ferreira, da Universidade Federal de Goiás, na posição de diretor administrativo-financeiro.

"Esse é um passo histórico para fortalecer a pesquisa e apoiar a transição ecológica do país", afirma Ferreira.

O Ministério da Saúde e a Rede Hospitalar Sarah Kubitschek, que congrega hospitais de reabilitação em sete estados e no Distrito Federal, renovaram o contrato de gestão por mais cinco anos, no valor de R\$ 7,5 bilhões.

Os recursos serão empregados na oferta de consultas, exames e tratamentos especializados para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente nas áreas de neurologia, ortopedia, fisioterapia e outras, os principais focos de atuação da rede Sarah.

A medida integra ações do programa Agora Tem Especialistas, lançado este ano e que pretende expandir atendimento médico em áreas especializadas, reduzindo a fila de espera por cirurgias eletivas, exames e outros procedimentos mais complexos.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou a unidade principal da rede, em Brasília, na manhã da última quarta-feira (31), para assinar o contrato.

"Investimentos vão apoiar a Rede Sarah para fazer cada vez mais cuidados integrados a quem precisa de reabilitação, sobretudo na área de neurologia, de ortopedia. Vão ajudar os hospitais da rede a fazer mais cirurgias, mais consultas especializadas. São 2,1 milhões pessoas atendidas, um grande volume."

Para 2026, segundo a pasta, estão previstos 1,7 milhão de exames e terapias, além de 515,4 mil consultas para a rede pública. A renovação da parceria com a Rede Sarah deve assegurar atendimento gratuito e de excelência pelas unidades da Rede Sarah, localizadas nos estados do Pará, Minas Gerais, Ceará, Amapá, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, além do Distrito Federal.

Reconhecida nacional e internacionalmente como referência em reabilitação de alta complexidade, a Rede Sarah atua de forma integrada ao SUS há 25 anos. Ao longo desse período, o governo

federal investiu mais de R\$ 11,8 bilhões na parceria.

Em 2025, os hospitais da Rede Sarah realizaram, para o SUS, mais de 512 mil consultas; 3,6 milhões de procedimentos, consultas e ações de reabilitação de profissionais de nível superior; 1,6 milhão de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia; 22,9 mil internações; e 20,7 mil procedimentos cirúrgicos.

O contrato, que conta com as participações dos Ministérios da Fazenda e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, começou a valer na quinta-feira (1). Também estão previstas ações para a qualificação do atendimento e o desenvolvimento de pesquisas.

### 14 milhões de cirurgias

Durante a visita à Rede Sarah, o ministro da Saúde fez um balanço positivo da implementação do programa Agora Tem Especialistas. Segundo ele, o ano de 2025 vai terminar com recorde de realização de procedimentos médicos.

"Vamos ultrapassar 14,2 milhões cirurgias realizadas em 2025. Esse era um dos grandes esses gargalos, ainda é, é algo que a gente precisa continuar enfrentando e ampliando cada vez mais. É um dos principais motivos das pessoas estarem esperando tanto nas filas dos municípios, dos estados, nas filas do SUS", disse.

Segundo o ministro, o ano vai terminar com mais de 4 milhões exames feitos pelo SUS e um recorde de quimioterapias realizadas também pelo sistema público.

"O ano vai terminar com a realização dos maiores mutirões nacionais que o SUS já fez em sua história, nos envolvimento com os hospitais universitários de todo o Brasil, o envolvimento que fizemos com hospitais filantrópicos e centros de radioterapia expandidos em todo o Brasil. Nossa meta para 2026 é garantir que todo estado brasileiro tenha um centro atualizado de tratamento de radioterapia para o câncer." (Agência Brasil)

## Ministério da Saúde renova contrato com Rede Sarah por R\$ 7,5 bilhões